



ATA Nº 12/2015

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, teve lugar, nas instalações do Edifício Sede da Junta de Freguesia, a décima segunda reunião do Órgão Executivo, de dois mil e quinze, que foi ordinária pública.-----

A reunião foi presidida pelo Presidente, José Manuel Rodrigues Moreno, que deu início aos trabalhos.-----

Estiveram presente os/as Vogais Luís Lucas Lopes, João António Leal Cruz Franco, Maria Conceição Augusta Santos Palha e Paula Maria Silva Sanchez.-----

Iniciada a reunião, foi entregue pela Vogal Paula Sanchez uma carta de renúncia ao seu cargo com a data de trinta de abril de 2015, em anexo à presente Ata, dela fazendo parte para todos os efeitos legais.-----

Dado conhecimento a todos os presentes da renúncia da Vogal Paula Sanchez foi entendido que, nos termos legais aplicáveis, a referida Vogal cessou, de imediato, as suas funções não participando, por isso, nas votações que seguem.-----

A Vogal expressou a sua discordância face a este entendimento dos restantes membros do Executivo e lembrou que sobre esta matéria existe já diversa doutrina legal.-----

A Vogal permaneceu até final da reunião sem votar.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

1. Proposta nº 64 – Autorização para aquisição de prestação de serviços de apoio técnico na área da Educação – Proponente Vogal João Franco;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----

2. Proposta nº 78 – Alteração ao Regulamento das taxas, preços e outras receitas da JFPN - Proposta de aditamento respeitante ao Licenciamento – Proponente Vogal João Franco;-----



FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES
Alameda dos Oceanos nº 83 - 1990-212 LISBOA

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----

3. Proposta nº 82 – Autorização para atribuição de apoio financeiro, no âmbito do Fundo Social de Freguesia – Proponente Vogal Conceição Palha;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----

4. Proposta nº 83 – Autorização para atribuição de apoio financeiro, no âmbito do Fundo Social de Freguesia – Proponente Vogal Conceição Palha;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----

5. Proposta nº 84 – Adjudicação da Locação operacional de dois veículos elétricos comerciais ligeiros de dois e cinco lugares respetivamente para o Pelouro de Gestão e Ambiente Urbano da Junta de Freguesia do Parque das Nações – Proponente Vogal Luís Lucas;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----

6. Proposta nº 85 – Autorização para abertura de procedimento, por Ajuste Direto de prestação de serviços de técnico de contabilidade e serviços administrativos de outsourcing para reforço da Subunidade Financeira e Patrimonial – Proponente Vogal João Franco;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----

7. Proposta nº 86 – Abertura de procedimento para “Prestação de Serviços de manutenção e assistência técnica (WaterGest)” para o Complexo de Piscinas do Oriente – Proponente Presidente;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----

8. Proposta nº 87 – Aquisição da prestação de serviços para colaboração no Projeto Parque Saudável – aulas de zumba. Procedimento de ajuste direto simplificado – Proponente Presidente;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos quatro membros presentes.-----



FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES
Alameda dos Oceanos nº 83 - 1990-212 LISBOA

E, nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por encerrada eram dezoito horas e cinquenta minutos é lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada por todos/as os/as intervenientes, vai ser assinada, pelo Presidente e por mim, Luís Lucas Lopes, que a subscrevi.-----

O Presidente



(José Manuel Rodrigues Moreno)

O Secretário



(Luís Lucas Lopes)

Exmo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações,

Dr. José Moreno,

Tentei Conhecimentos.
em 6/05/2015
Ji

Em Maio de 2013, quando me perguntou se estava disponível para integrar a lista do movimento cívico Parque das Nações por Nós, em lugar elegível, respondi-lhe que estava disponível para trabalhar pelo Parque das Nações em qualquer circunstância, porque acreditava num projecto independente de governação local, que pudesse congrega diferentes sensibilidades políticas e, concomitantemente, várias visões para administrar o território.

Esta postura, que provavelmente muitos considerarão utópica e idealista, só seria possível com uma liderança forte, assente na confiança do trabalho em equipa, no respeito pelas diferenças de opinião e na partilha de conhecimentos que só enriqueceria o projecto comum.

Mantenho hoje, dois anos depois, a mesma convicção que me fez abraçar este projecto. Os últimos 17 meses, com a ascensão do PNPN ao Executivo da Junta de Freguesia do Parque das Nações, revelaram-me, no entanto, uma realidade muito diferente e nada condizente com o projecto que tinha idealizado.

Como muito bem sabe, durante este tempo, fui alertando, sistematicamente, para a necessidade de estruturarmos administrativamente a Junta de Freguesia, chamando a atenção para a legalidade dos atos, para as nossas próprias responsabilidades enquanto titulares de cargos políticos e para o que me parecia ser o desmoronamento da ação governativa, traduzido, designadamente, no estado de abandono a que durante largos meses deixámos chegar algumas das responsabilidades diretas da Junta de Freguesia.

Tentei sensibilizar os meus colegas do Executivo para estas realidades, designadamente quando chegavam às reuniões do Executivo propostas erradamente elaboradas, quando as decisões do Executivo não eram cumpridas pelos serviços administrativos ou quando os circuitos de despesa eram, no mínimo, de legalidade duvidosa.

Até meados de Setembro de 2014, contam-se pelos dedos de uma mão, as vezes que entrei numa reunião do Executivo conhecendo uma ordem de trabalhos, correctamente elaborada, ou uma proposta que seria posta à minha aprovação.

As atas nunca foram postas à discussão e apareciam publicadas largas semanas depois das reuniões a que respeitavam, tornando impossível, sem uma ordem de trabalhos, confirmar sequer o número das propostas que tinham sido discutidas.

O nosso 'estado de graça', eventualmente atenuado pela nossa inexperiência e pelas grandes condicionantes que foi construir uma autarquia de raiz, não seria eterno.

Durante quase um ano, até Setembro de 2014, limitei as minhas observações à esfera privada do Executivo.

Como os meus alertas foram sistematicamente ignorados e desprezados – o Sr. Presidente foi testemunha e, também protagonista, da desconsideração como muitas vezes fui tratada – comecei a apresentar em declarações de voto as minhas apreensões.

Nas competências que tinha à minha responsabilidade, fui-lhe dando conta das dificuldades, designadamente no que concerne à gestão da Biblioteca David Mourão Ferreira onde a JFPN instalou os serviços de Educação e Cultura. Seria fastidioso enumerar aqui todos os alertas que lhe dei, pessoalmente e por escrito, estes últimos na sua posse, mas pela sua representatividade deixo-lhe duas notas:

- a) Ter pedido autorização, em agosto de 2014, para adquirir duas secretárias e duas cadeiras, no valor de 600 euros, para instalar os funcionários de apoio à Educação que nunca mereceram o seu despacho favorável.
- b) Nunca ter sido instalado na Biblioteca o sistema de workflow da JFPN (iportaldoc), enquanto fui titular dos Pelouros da Educação e Cultura. Quatro dias depois de o Sr. Presidente me ter retirado essas competências, foi instalada essa rede de workflow na Biblioteca.

Ainda assim, com todas as limitações estruturais, e outras propositadas, a que a minha acção política foi sujeita, desempenhei com grande sentido institucional todas as funções que me foram confiadas e honrei a Junta de Freguesia do Parque das Nações, garantindo à nossa comunidade a concretização de uma política de Apoio à Família eficiente, moderna e atractiva, assegurando a cooperação com as escolas através da manutenção e reforço das auxiliares de acção educativa e divulgando e reforçando o interesse público pela Biblioteca David Mourão Ferreira, através de uma programação abrangente que pudesse cativar novos públicos, entre muitas outras acções.

Não o fiz sozinha. Tive do meu lado briosos profissionais que, muitas vezes em condições de trabalho extremamente penosas, ajudaram a dignificar a Junta de Freguesia do Parque das Nações e o serviço que presta – ou deveria prestar – à sua comunidade.

Ainda que não a tivesse fundamentado, assumi com humildade a sua decisão de me retirar o regime de Tempo Inteiro e as competências na Educação e Cultura (aquelas que ainda restavam) em 27 de fevereiro de 2015. Tomei a decisão de permanecer no Executivo, mostrando que estaria disponível para continuar a trabalhar e que assumiria solidariamente o relatório de Gestão de 2014, para a execução do qual me foi pedida colaboração.

O relatório de gestão e contas de 2014, mereceu inicialmente a minha concordância na reunião de Executivo de 20 de abril. Embora não tivessem sido apenas os pareceres do TOC e do ROC, e da documentação financeira me ter sido enviada cinco horas antes da reunião, o Sr. Presidente da JFPN garantiu a todo o Executivo que esses documentos estavam a ser ultimados e seriam entregues na quarta-feira, dia 22.

Nesse dia, como não recebi nada, enviei-lhe um email pedindo-lhe os documentos. Obtive resposta no dia 23, com a mesma tónica – os pareceres ser-me-iam entregues logo que prontos.

Resolvi então entrar em contacto com a ROC, pedindo-lhe cópia do parecer. Na resposta que obtive, fiquei a saber três coisas:

- A ROC pensava que eu tinha os documentos e que estava a par da situação, reportada a 15 de abril – 5 dias antes da reunião do Executivo;
- O Executivo tinha reunido no dia anterior (22) com a ROC, reunião para a qual não fui convocada;
- Que a ROC pedira escusa de análise das contas da JFPN por lhe ser impossível pronunciar-se sobre a actividade financeira da JF;

Face à gravidade do parecer, que o Sr. Presidente deliberadamente me sonegou, pedi-lhe para alterar o meu sentido de voto para CONTRA, com declaração de voto, que também entreguei. O Sr. Presidente não deu nota, nem de uma coisa nem de outra, na ata que autorizou divulgar no dia 28 de abril.

Em face da gravidade do exposto, deixo de ter confiança no Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações pelo que não tenho condições para continuar a integrar um Executivo presidido por si.

Assim, ao abrigo do estabelecido no n.ºs 1 e 2, do artigo 76, da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, renuncio à minha função de membro do Executivo da JFPN, agradecendo que o Sr. Presidente providencie, com a máxima urgência, a minha substituição como estabelecido pela alínea b) do artigo 29.º e 24.º n.º 2 da lei n.º 169/99, na nova redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11/01.

Parque das Nações, Lisboa, 30 de abril de 2015

Paula Sanchez

(Vogal sem pelouros atribuídos, por despacho do Presidente de 27.02.2015)